



HOTELARIA
DE PORTUGAL

Exmo. Senhor

Dr.º J. Joaquim F. Machado

Presidente da Comissão Especializada
Permanente de Assuntos Sociais

Assembleia Legislativa da RAA

Rua Marcelino Lima

9901-858 Horta

Ponta Delgada, 28 de Junho de 2022

ASSUNTO: V. Refª: S/1787/2022 de 09.06.2022 | Pedido de Parecer sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 57/XII- “Rede de Nómadas Digitais dos Açores e Projeto de Resolução nº 119/Xii – “Nómadas Digitais”

Exmo. Senhor Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais,

Em primeiro lugar, agradecemos a V. Exa. a auscultação da AHP - Associação de Hotelaria de Portugal, enquanto maior associação patronal da indústria hoteleira, no processo de iniciativa legislativa para a criação de uma *Rede de Nómadas Digitais nos Açores*.

É preocupação da AHP a elevada sazonalidade ainda sentida no Destino Açores, acentuada nos últimos dois anos de crise pandémica, pelo decréscimo da procura pelos mercados emissores internacionais e pelas restrições impostas que se agravaram nos períodos de Inverno.

Desta forma, é nossa convicção que a segmentação do mercado e a promoção de produtos orientados para nichos de mercado alternativos com procura nos períodos de época baixa são um meio de combate a esta sazonalidade.

Da análise aos projetos apresentados pelos diferentes grupos parlamentares, parece-nos que estão em a ser considerados iguais dois segmentos de mercado distintos: os nómadas digitais e os trabalhadores remotos. O segmento dos nómadas digitais difere logo, em primeiro lugar, dos trabalhadores remotos, pela duração média da sua estada e pela sua motivação.

Tendo como exemplo a *Nomad Village* da Ponta do Sol, na ilha da Madeira, promovida pela Start up Madeira, destaca-se que a sua criação resultou de um processo orgânico de crescimento da procura ditado pelas circunstâncias e contexto. A participação da referida entidade promotora consistiu num papel de facilitador da criação de um espaço de trabalho para a comunidade e de divulgação de informação útil relativa a serviços procurados pelos nómadas.

Em particular, para a criação de uma rede de Nómadas Digitais e para a promoção dos Açores como destino recetor, será necessário assegurar condições que, julgamos crer, poderão ser testadas numa experiência piloto antes de avançar para todas as ilhas.

Perante o exposto acima, sugerimos a criação de uma plataforma agregadora de informação dos serviços disponíveis de alojamento, aluguer de carros, atividades de lazer, em particular relacionadas com o mar e a natureza; a identificação de diferentes locais de trabalho disponíveis, com características de co-work; a identificação e disponibilização de toda a informação necessária para questões sobre vistos e visa; finalmente, ainda a criação de parcerias de divulgação e promoção dos Açores como destino recetor com outros destinos recetores de nómadas, tendo presente a estada média estimada de 1 a 3 meses;

Não reconhecemos a necessidade de atribuição de um voucher mensal para o pagamento de serviços de internet ou de “intercâmbio de experiências”, porquanto a iniciativa de prestação dos serviços deverá resultar da procura de um serviço prestado por um privado que deverá ter em conta as necessidades deste segmento de mercado. Para este propósito deverão ser informados dos serviços de acesso móvel de internet e outros serviços de telecomunicações, renováveis mensalmente ou não, sem obrigações contratuais de fidelização, disponibilizados pelas operadoras existentes.

Da parte dos prestadores de serviços de alojamento, propomos a criação de tarifas mensais, com serviços conexos incluídos como serviço de lavandaria, serviço de refeições, dinamização de planos de animação e eventos voltados para a comunidade.

Da parte dos promotores de serviços de aluguer de carros, sugerimos a criação de uma tarifa mensal e identificação dos seguros mais adequados.

No que diz respeito em particular à captação de trabalhadores remotos, que pelas suas características, alteram a sua residência mantendo a prestação o seu trabalho em regime à distância, a expectativa de estada média é de mais longa duração e carecem de políticas públicas de captação de residentes, com foco em particular no espaço Schengen e acordos de mobilidade existentes. Aqui, terá lugar a divulgação dos regimes fiscais competitivos, dos

custos de habitação inferiores quando comparados com espaço a referência das grandes cidades europeias, a criação de escolas de ensino internacionais, entre outras iniciativas.

Nesse âmbito, não será sensato considerar este grupo visitantes/ turistas, mas sim potenciais novos residentes.

É sabido que a experiência de confinamento a nível mundial, trouxe alterações drásticas ao nível das expectativas dos trabalhadores sobre o equilíbrio vida profissional e pessoal e fez crescer os dois fenómenos, quer as comunidades de nómadas digitais, quer de trabalhadores remotos, em particular no caso de empresas multinacionais, revertendo em alguns casos fenómenos recentes de emigração.

É convicção da AHP que os Açores têm potencial para a captação destes dois segmentos e estamos disponíveis para juntos dos nossos associados promover a criação de um produto adequado às necessidades e à procura.

Agradecendo a consulta a esta associação, reiteramos a nossa disponibilidade para, juntamente com os nossos associados hoteleiros e demais operadores, discutir este assunto e contribuir para o desenvolvimento do turismo dos Açores.

Agradecendo a atenção dispensada, apresento os meus melhores cumprimentos,

Andreia Pavão
Representante Regional da AHP na R.A. dos Açores